AUMENTO: *Garotinho diz que novo mínimo é uma vergonha e promete R$ 400 para servidores do Estado do Rio*

ACM diz que piso estadual é uma vitória

Na Bahia, menor vencimento de servidor fica em R$ 248. No Maranhão, Roseana reafirma piso de US$ 100

• SALVADOR, BRASÍLIA, SÃO PAULO E PORTO ALEGRE. O governador da Bahia, César Borges (PFL), que defende o mínimo de R$ 180, disse ontem que vai manter a palavra e estabelecer este piso para a iniciativa privada e para os servidores do estado, além de manter as gratificações e vantagens concedidas ao funcionalismo. Com isso, garantiu, o menor vencimento pago a um funcionário público baiano será R$ 248.

O presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL), desembarcou em Salvador dizendo ter sido uma vitória sua o mínimo de R$ 151, com a possibilidade de que cada estado fixe pisos diferentes.

— Considero uma vitória nossa, fruto de muita luta para que se possa dar um salário digno ao trabalhador. Tenho a certeza que na Bahia vai ser mais que R$ 151. O governador tem sensibilidade para dar um aumento maior — disse.

Amazonino defende apoio do PFL à proposta

A governadora do Maranhão, Roseana Sarney, também do PFL, reafirmou ontem que o menor salário pago aos maranhenses a partir de 1º de maio será equivalente a US$ 100.

— Nos estados e municípios governados pelo PFL, é obrigação adotar o mínimo de US$ 100 para termos credibilidade.

Outro governador do PFL, Amazonino Mendes (AM), disse que o funcionalismo estadual terá um piso de R$ 200. Ele defendeu que o PFL abandone a proposta dos US$ 100 e se alinhe com a proposta do Governo federal.

— Todo mundo tem o dever de lutar por um mínimo maior, mas não podemos exigir um valor irreal. Se o Governo, num ato de valentia, der aumento além do que pode, isso vai ampliar o déficit — disse.

Os pefelistas não conheciam detalhes do projeto de lei complementar que delega aos governadores competência para fixar um salário estadual maior que o mínimo nacional, mas questionaram sua constitucionalidade.

— Fixar o salário-mínimo é competência federal. Um governador pode decidir salários para seus funcionários, mas não sei se tem competência no caso do setor privado — disse César Borges.

Garotinho diz que mínimo de R$ 151 é uma vergonha

No Rio, o governador Anthony Garotinho, do PDT, criticou a proposta do Governo:

— Acho uma vergonha um mínimo de R$ 151. Aqui no estado já está decidido o salário dos servidores ativos e inativos: a partir de 1º de maio ninguém ganha menos de R$ 400. No Governo, ninguém ganhará menos que R$ 400 nem mais que R$ 8 mil. Se o Governo federal tivesse peito para fixar o teto, haveria sobra de caixa para remunerar os de baixo.

O Governo petista de Mato Grosso do Sul não deve fazer mudanças na política salarial do funcionalismo. O secretário de Administração e Recursos Humanos do estado, Antônio Carlos Billi, disse que qualquer reajuste agora seria inviável e disse que o setor público já tem o mínimo fixado em R$ 232. Segundo Billi, o setor privado deverá buscar entendimento com os trabalhadores e o Legislativo para decidir a proposta de reajuste.

Apesar do aumento do mínimo ontem, para R$ 151, o governador de São Paulo, Mário Covas (PSDB), disse que não pretende reajustar o piso do funcionalismo no estado. O piso, reajustado pela última vez em 1997, é de R$ 210.

— O piso do estado já é bem maior que o dos outros. Aumentei em 1995, 1996 e 1997. Mas o piso era, na época em que foi aumentado, de R$ 212. Hoje, é menor porque o valor do dólar mudou.

Covas apóia proposta de pisos regionalizados

Sobre a proposta do Governo federal de cada estado fixar seu piso, Covas foi favorável.

— Não acho mau, acho que essa forma prestigia o sentido federativo. Não fomos em Brasília pedir que houvesse um subteto estadual, fixado por cada estado? Então, é natural que lutemos com a responsabilidade de fixar o mínimo.

O governador de Minas, Itamar Franco (PMDB), disse que só falará sobre o novo piso do mínimo após uma análise do impacto que ele provocará nas finanças do estado. Segundo o governador, a Secretaria da Fazenda vai avaliar o assunto e, somente depois será possível saber se o novo mínimo alterará os cofres públicos e se será possível pagar acima do limite estabelecido pelo Governo federal. Minas tem 498 mil funcionários e a folha mensal fica em torno de R$ 380 mil.

— Não vou comentar o novo valor antes de saber as conseqüências — disse ele.

Desde que assumiu o cargo, Itamar vem enfrentando dificuldades para pagar a folha do funcionalismo. Para diminuir a pressão dos servidores, ele chegou a prometer um aumento, mas desde que haja aumento da arrecadação. Nem mesmo o décimo-terceiro salário de 1998, que Itamar recebeu atrasado de seu antecessor, Eduardo Azeredo, foi totalmente quitado. O Governo foi obrigado a dividir o débito em 24 parcelas, em agosto do ano passado, mas diminuiu depois este prazo para sete meses.

Olívio: Foi um pacto federativo às avessas

— Uma manobra de pretensa esperteza do Governo Federal — disse ontem o governador gaúcho Olívio Dutra (PT), criticando o anúncio de um salário mínimo nacional com possibilidade de fixação de pisos estaduais.

— É um pacto federativo às avessas. Este episódio demonstra que o Fundo Monetário Internacional tem mais ascendência sobre o Governo federal, do que o senador Antônio Carlos Magalhães. O salário mínimo de R$ 151 segue as orientações do FMI, de não elevar os gastos sociais, nem buscar recursos através de medidas como a taxação de capitais internacionais.

Ele também questionou a constitucionalidade da proposta do Governo federal:

— É evidente o conflito com a Constituição Federal, que, define o salário-mínimo unificado em todo o país. O Governo federal, com isso, foge da sua responsabilidade constitucional, revelando sensibilidade zero com a situação de milhões de trabalhadores que dependem do mínimo para sobreviver. Há poucos dias, o Governo federal se mostrava insensível em elevar o teto dos que ganham mais e, agora, se revela insensível para aumentar o piso de quem ganha menos — alirmou. ■

Os governadores e o novo mínimo

"O PFL tem obrigação de adotar o salário-mínimo de US$ 100 para poder ter credibilidade"

ROSEANA SARNEY
Maranhão, PFL

"O menor vencimento de um funcionário público baiano passará a ser R$ 248"

CÉSAR BORGES
Bahia, PFL

"Está decidido o salário do servidor ativo e inativo: ninguém vai ganhar menos de R$ 400"

ANTHONY GAROTINHO
Rio de Janeiro, PDT

"Este episódio demonstra que o FMI tem mais ascendência sobre o Governo do que ACM"

OLÍVIO DUTRA
Rio Grande do Sul, PT

Ornélas: reajuste não vai eliminar pobreza no país

Deputados criticam Governo por ignorar trabalho da comissão

Ilimar Franco

• BRASÍLIA. O ministro da Previdência, Waldeck Ornélas, ao contrário do que prega o seu partido, o PFL, afirmou ontem, em depoimento na comissão do salário-mínimo da Câmara, que o aumento do mínimo não tem importância na redução da pobreza. O ministro, que se recusou a informar qual valor do mínimo seria suportável para a Previdência, disse que os efeitos do reajuste se limitam à parcela dos trabalhadores do serviço público e os que recebem aposentadoria ou pensão da Previdência:

— O efeito do reajuste do salário-mínimo na redução da pobreza é insignificante. O seu peso é de apenas 4,5%, mas quando inclui a Previdência e os funcionários públicos.

O depoimento de Ornélas teve momentos tumultuados porque muitos deputados se irritaram diante da constatação de que o Governo anunciaria o novo mínimo antes da conclusão dos trabalhos.

Medeiros critica esvaziamento da comissão

— Estamos vivendo uma morte anunciada. A comissão será atropelada se o Governo editar medida provisória com o novo mínimo — criticou Luiz Antônio de Medeiros (PFL-SP).

— Isto aqui é uma farsa, a comissão não tem poder de decisão — protestou o deputado Alceu Collares (PDT-RS). ■

► **NO GLOBO ON:** A polêmica do mínimo
www.oglobo.com.br/farsaminimo/

FH abençoa namoro do PSDB com o PMDB

'Fomos casar com o PFL e olhem no que deu', diz o presidente na festa de Aécio

Catia Seabra

• BRASÍLIA. Certo de que a pressão do PFL pelo aumento do mínimo estava causando desgaste político para o Governo, o presidente Fernando Henrique Cardoso abençoou, na noite de anteontem, a união do PSDB com o PMDB. E o divórcio com o PFL. Fernando Henrique prestigiou a comemoração dos 40 anos do líder do PSDB na Câmara, Aécio Neves (MG), adversário declarado do pefelista Inocêncio Oliveira (PE) na disputa pela presidência da Casa. Sentado à mesa com peemedebistas, tucanos e o líder petebista Roberto Jefferson (RJ), o presidente chegou a ironizar sua litigiosa relação com o antes fiel PFL.

— Isso aqui está parecendo casamento nosso — comentou o líder do PMDB, Geddel Vieira Lima (BA), diante de um enorme arranjo floral.

— Casar não é bom. Vamos só namorar — propôs Aécio.

— É verdade. Fomos casar com o PFL e olhem só no que deu... — concordou Fernando Henrique, sentado entre Aécio e o presidente do PMDB, senador Jáder Barbalho (PA).

Na festa — que serviu para o evidente lançamento da candidatura de Aécio à sucessão de Michel Temer (PMDB-SP) na Câmara — era possível contar nos dedos da mão o número de convidados pefelistas.

— Claro que há pefelistas aqui. Olhe só: um, dois, três, quatro... — tentou minimizar o bem-intencionado líder do Governo na Câmara, Arnaldo Madeira (PSDB-SP).

Um dos organizadores da confraternização, o secretário-geral do PSDB, Márcio Fortes (RJ), teve de caçar um pefelista para discursar. Procurou Roberto Brant (MG) que, leal ao presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), já tinha ido embora. Contentou-se com o deputado Jaime Martins (MG):

— Não sei se posso falar em nome do líder do meu partido, Inocêncio Oliveira. Mas, meus parabéns, Aécio — disse o constrangido deputado do PFL.

FERNANDO HENRIQUE abraça Aécio, líder do PSDB, que fez 40 anos na duas semanas

Catorze políticos discursaram. Entre eles, o senador petista Eduardo Suplicy (SP). Temer chegou a comparar Aécio à luz que ilumina a Câmara dos Deputados. Perspicaz, Jáder fez questão de registrar a ausência de pefelistas.

— Esta não é uma festa só de tucanos. É também dos companheiros do PMDB, PTB e PT — disse ele, numa alusão à presença de petistas, inclusive o líder Aloizio Mercadante (SP).

Depois, foi a vez de Fernando Henrique avaliar publicamente a formação do bloco PSDB-PTB, que tanto contrariou os pefelistas.

— Fico vendo a oportunidade que o Aécio tem de perceber a oportunidade de fazer as coisas com propriedade. Mesmo as mais difíceis, sem deixar de ser leal a seu partido, a seus amigos, àqueles que são próximos a ele. Mesmo contrariando o que eu intimamente sinto ou penso, ele faz. E, de repente, vejo que ele tem razão — elogiou o presidente, que, num ato falho, referiu-se a Aécio como "líder do PMDB".

Sempre avesso a festas públicas, Aécio assumiu o papel de candidato:

— Feliz do homem que faz de seu dever o seu prazer. Tenho prazer no que faço. Porque convivo com vocês — disse Aécio, citando Ulysses Guimarães.

Ontem, Inocêncio Oliveira reagiu afirmando que foi convidado, mas teve de atender a outro compromisso:

— Fui a um jantar. Mas dei um abraço em Aécio. É não foi de tamanduá, não.

Representante da ala baiana do PFL, o deputado José Carlos Aleluia admitiu:

— Não fui convidado. Gosto do Aécio. Se tivessem me convidado, eu iria.

COLABORARAM *Renata Lo Prete e Adriana Vasconcelos*

CRÍTICAS E ELOGIOS

"Não vai melhorar nada. Isso é uma brincadeira. Só de o Governo pensar em aumentar o mínimo, os preços de produtos e serviços são logo reajustados"

CATIA DA SILVA • Dona-de-casa, de Campo Grande (RJ)

"Deixo quase R$ 60 por mês somente na farmácia. Isso é quase a metade do novo salário-mínimo. Queria que o Governo me dissesse o que eu faço com esse aumento de R$ 15"

JOSÉ RODRIGUES DA SILVA • Aposentado de 64 anos de Recife (PE)

"Temos que confiar que os governadores terão bom senso ao fixar os pisos em seus estados. Ale porque há uma lei de responsabilidade fiscal e limites orçamentários já fixados por lei"

MARCELO NERI • Economista da Fundação Getulio Vargas

"O presidente Fernando Henrique Cardoso saiu do canto do ringue. Agora, o deputado Paulo Paim (PT-RS) vai poder colocar em prática sua política de salário-mínimo no Rio Grande do Sul"

MARCO BARBALHO • Presidente do PMDB

"Cerca de 15 milhões de brasileiros vivem do salário-mínimo. Portanto, o seu reajuste tem repercussão sobre qualquer ação de combate à pobreza"

[illegible] SILVA • Senadora (PT-AC)